

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Divulgação

Encontro foi solicitado pelo prefeito Hingo Hammes

Prefeitura quer manter supercomputador

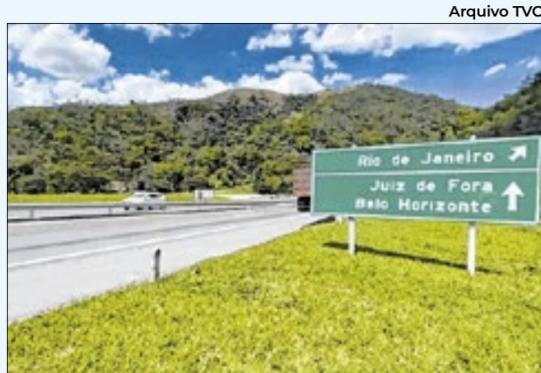
A Prefeitura reuniu representantes de diversas instituições para discutir medidas em defesa da permanência do supercomputador Santos Dumont no município. O encontro foi provocado pelo prefeito Hingo Hammes e contou com a presença de órgãos de ensino, pesquisa, tecnologia, comércio e da Câmara Municipal. Entre os encaminhamentos, está a

entrega de uma carta assinada pelo prefeito Hingo Hammes destinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O documento será entregue em Brasília pelo diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica, Fábio Borges. Foi definida a elaboração de uma carta coletiva assinada por instituições dos setores do município e do Legislativo.

Frente parlamentar

Outra proposta é a criação de uma Frente Parlamentar na Câmara, com a finalidade de reforçar em Brasília as vantagens de Petrópolis para sediar o supercomputador. Também foi definido um ato simbólico, com um abraço coletivo ao redor do equipamento, que contará com a presença das enti-

dades participantes e um convite formal ao governador, Cláudio Castro. Também já foi proposto ao governo estadual, pelo LNCC e reforçado pela Prefeitura, um decreto para garantir a isenção de ICMS, medida considerada estratégica para a sustentabilidade financeira da instituição.



Arquivo TVC

Adiamento da assinatura foi "burocrática"

Ministro afirma que Nova Real assumirá em Setembro

O Ministro dos Transportes, Renan Filho, garantiu que o Consórcio Nova Real, vencedor da licitação da BR-040, no trecho entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, assumirá a concessão em setembro. A informação foi passada após questionamentos do Deputado Federal, Hugo Leal (PSD), durante sessão no legislativo federal em que foram

abordadas as prioridades do ministério. Segundo o ministro, a demora para a assinatura do contrato foi devido à abertura da Sociedade Propósito Específico (SPE), procedimento burocrático, mas que não será mais prorrogado o prazo para que o consórcio assumira a rodovia. A empresa assumirá a concessão por 30 anos.

Conferência de Trânsito

As inscrições para a 19ª Conferência Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT) foram prorrogadas até 28 de agosto, ao meio-dia. O evento acontece no dia 30 deste mês, quando acontece a eleição e posse dos novos conselheiros municipais de trânsito. A

CMTT é promovida pela Prefeitura e pelo Conselho Municipal de Trânsito (Comutran). Este ano a conferência tem como tema: Mobilidade Urbana, Responsabilidade Humana. As inscrições devem ser feitas no site da Prefeitura de Petrópolis.

Conselho de Meio Ambiente

A Câmara de Petrópolis manteve o veto do prefeito Hingo Hammes (PP) no projeto de lei 274/2025, que alteraria o artigo 4º, inciso II, da Lei Municipal 6.362/2206, que trata sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente. A medida alterava a estrutura do COMDEMA. O veto foi

mantido por seis votos a favor, cinco contra e seis ausências. A autora do PL, Livia Miranda (PCdoB), criticou a medida adotada pelo município em vetar o projeto, alegando que as alterações foram solicitadas pelo próprios membros do Conselho de Meio Ambiente.

Tarifa de ônibus: vereadora pede perícia técnica à Justiça

Júlia alega que quilometragem não foi ajustada entre 2023 e 2025

Divulgação/Redes Sociais

Por Leandra Lima

Nesta terça-feira (26), a vereadora Júlia Casamasso (PsoL) encaminhou um ofício à 4ª Vara Cível de Petrópolis, destinado ao Juiz Jorge Luiz Martins Alves, que está à frente das negociações do transporte público na cidade, para que o mesmo analise alguns pontos ligados à nova tarifa de ônibus estipulada. A parlamentar alega que a planilha apresentada pela Companhia Petropolitana de Trânsito de Transportes (CPTrans), contém lacunas especialmente no que se refere ao método adotado para o cálculo do valor proposto, de R\$5,90. Com isso, a parlamentar pede a realização de perícia técnica e contábil, por perito nomeado pelo Juízo, a fim de que sejam auditados todos os elementos utilizados no cálculo tarifário.

Quilometragem

Uma das principais falhas apontadas por Júlia, é a quilometragem que está quase inalterada, se comparada ao ano de 2023 e 2025, mesmo com menor quantidade de veículos circulando. Conforme expressado no documento, a planilha apresentada pela CPTrans tem como base elementos enviados pelo Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Petrópolis (Setranspetro), dando margem para erros, apontando a necessidade de maior atenção quanto à consistência dos dados.

Relacionados ao tópico, um ponto relevante é o comparativo. [...] "Enquanto a planilha de 2023 registra 1,86 milhão de quilômetros, a de 2025 aponta 1,83 milhão, praticamente o mesmo volume de operação. Entretanto, no mesmo período, a frota sofreu redução significativa, passando de 347 para 307 veículos, o que suscita dúvidas quanto à coerência dos números apresentados e à efetiva compatibilidade entre a frota disponível e a quilome-



Parlamentar alega falhas nos índices apresentados na planilha

tagem declarada" [...], explica o trecho do ofício.

Nesse paralelo a diminuição das frotas, após a pandemia do Covid-19, também está entrelaçada com a quilometragem, sendo que nenhuma frota retornou com os serviços 100%, agora sem a Petro Ita e Cascatinha que foram retiradas da cidade em 2024 pela precariedade na prestação dos serviços aos usuários, o problema se agrava. Um exemplo que é relatado no documento, é a situação do bairro Alto Boa Vista, que em 2023 tinha dois ônibus realizando aproximadamente 50 viagens diárias e, atualmente, conta com apenas um veículo fazendo 20 viagens por dia.

Dona Márcia, doméstica, mora no Alto e reclama da falta de ônibus e das constantes quebras. "Olha esses ônibus estão uma tristeza. As vezes ficamos mais de uma hora esperando, quando têm quebra. Não temos outras alternativas. Acho um absurdo esse aumento da passagem", disse.

Operação acima do permitido

Frente a qualidade, a vereadora

levanta ainda que os dados apontados na planilha da CPTrans, informam que cerca de 135 veículos da frota de transporte coletivo encontram-se em operação acima do limite de idade estabelecido pelo art. 28 da própria companhia. Esse recorte representa descumprimento desta norma, que estabelece a vida útil da frota em circulação.

Uma outra análise, registra que houve uma redução de 16% no custo de operação e de 11% no custo fixo total, que passou de R\$11 milhões para R\$9,8 milhões. Diante disso, a vereadora considerou que a quilometragem percorrida permaneceu inalterada. [...] "O valor por quilômetro rodado se mantém artificialmente elevado. Evidencia-se, assim, uma contradição incontornável: se os custos apresentaram queda e a frota foi reduzida, não há justificativa plausível para que a tarifa permaneça aumentando[...], alega o documento, frente ao exposto.

Além disso, também é questionado a falta de controle da bilhetagem eletrônica por parte do município. Colocando em pauta os reais interesses de quem con-

trola esses sistemas e como esses dados são apurados pelo Executivo, já que o mesmo não exerce essa fiscalização.

Perante o cenário analisado, Júlia Casamasso, sugeriu alguns encaminhamentos além da perícia, sendo eles: verificação in loco, a fim de constatar efetivamente as condições da frota; determinação de que não seja realizado qualquer reajuste tarifário no Município de Petrópolis até a conclusão integral das auditorias independentes e das perícias judiciais requeridas; a requisição de cópias de notas fiscais, contratos de manutenção ligados às empresas e para que sejam confrontados com os dados apresentados pela CPTrans e utilizados para o cálculo de reajuste de tarifa e a verificação detalhada dos registros de embarque, emissão de bilhetes e conferência com os números de passageiros informados.

Sobre a planilha elaborada pela CPTrans com base somente nas informações das empresas, dada pelo Setranspetro, a Prefeitura Municipal não respondeu aos questionamentos da reportagem até o final desta edição.

Comissão da OAB-Petrópolis questiona corte de árvore no centro

Por Redação

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Petrópolis), o ambientalista Rogério Guimarães, está questionando um laudo da Defesa Civil que indica o corte de um jacarandá, espécie típica da Mata Atlântica. A árvore é a única existente da Rua Marechal Deodoro, uma das principais ruas do centro comercial de Petrópolis.

O laudo, emitido pela Defesa Civil, sob o número BO 70028-25, indica a poda e supressão da árvore, ou seja, o corte total. Segundo o ambientalista, a árvore da Rua Marechal Deodoro, localizada em frente à sede da OAB, está saudável, necessitando apenas de cuidados, como poda e criação de um jardim de chuva a sua volta, além da recuperação da calçada no entorno, que foi estufado pelas raízes.

Ambientalistas criticam a medida

O ambientalista foi surpreendido com a informação de que a árvore seria cortada e esteve na Defesa Civil do município para ver o laudo. "A árvore



Divulgação

Ambientalista afirma que a árvore está saudável

está linda e saudável, prestando seu serviço ambiental ao proporcionar sombra, manutenção da temperatura, proteção de animais e diminuindo a poluição", ressaltou.

Ainda segundo o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, é preciso que o poder público tenha uma política de cuidados com as árvores do Centro Histórico, não apenas para evitar risco de acidentes, mas principalmente pela preservação do meio ambiente, afim de as espécies se mantenham íntegras e continuem oferecendo seus serviços ao meio ambiente.

Prefeitura se manifesta

Segundo a Prefeitura de Petrópolis, o corte da árvore será necessário devido ao risco de queda sobre construções, rede elétrica e via pública. A copa também avança em direção à rede elétrica e à via, ampliando os riscos. Laudos das secretarias de Meio Ambiente e de Proteção e Defesa Civil, confirmam a necessidade da intervenção.

O pedido de vistoria foi feito pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Petrópolis. O procedimento será realizado pela Comdep, em data ainda a ser definida.

Censo obrigatório do Inpas é prorrogado

O Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Petrópolis (Inpas) prorrogou o Censo Previdenciário 2025 por mais 90 dias. O prazo para coleta de dados de todos os servidores municipais ia até o próximo domingo (31), mas com 57% dos funcionários públicos ativos, aposentados e pensionistas que responderam ao Censo, o procedimento continua até 30 de novembro.

Até esta terça-feira (26), 5.417 servidores tinham respondido o Censo Previdenciário, mas ainda faltam 4.087 funcionários.

O Censo Previdenciário é obrigatório e tem como finalidade viabilizar ao Inpas verificar a totalidade dos beneficiários do RPPS e seus dependentes legais, permitindo uma projeção fidedigna das futuras demandas por aposentadorias e pensões por morte, permitindo uma organização do plano de custeio e a busca por equilíbrio econômico.

Para responder o Censo Previdenciário, o servidor deve preencher o formulário disponível no link: <https://inpas.rj.gov.br/index.php/censo-previdenciario/>.